

# ‘Buraco negro’ na economia perturba transição

**Maria Luiza Abbott  
e Teodomiro Braga**

**BRASÍLIA** — A partir de hoje, com a viagem de 10 dias ao exterior do presidente eleito Fernando Collor de Mello, começa o tão temido *buraco negro*, período de perigosa indefinição provocado pela falta de comando na economia. Além do salto da inflação, a já complicada transição do atual para o próximo governo agravou-se ainda mais pela troca de acusações entre as equipes de José Sarney e Fernando Collor. “Sarney quer entrar para a história como o Nero brasileiro, que incendiou a economia do país”, afirma Zélia Cardoso de Melo, principal assessora econômica do presidente eleito, acusando o atual de, propositadamente, permitir a deterioração da economia.

Os ministros da área econômica e auxiliares de Sarney devolvem a acusação a Collor, afirmando que o futuro presidente se recusa a antecipar a posse ou a participar da gestão da economia, porque prefere “pegar a terra arrasada”. Na avaliação destes importantes funcionários do governo, que querem se manter no anonimato, Collor é “irresponsável” por supor que será mais fácil implantar suas reformas depois da explosão da crise nas mãos de Sarney. Para empresários e economistas que não pertencem às duas equipes esse *tiroteio* mútuo e o desconhecimento das reais intenções do presidente eleito explicam o acirramento das expectativas de agravamento da crise econômica, que elevaram a previsão de inflação de janeiro para dramáticos 70%.

**Efeito Gillette** — Um desses economistas atribui esse descontrole da inflação à imobilidade do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, que admitiu não ter instrumentos para punir a indústria Gillette do Brasil por ter elevado seus preços 700% em um mês. O mau exemplo detonou o chamado *Efeito Gillette*, em que inúmeras indústrias também anteciparam aumentos por temer o quarto congelamento de preços com o novo governo.

A reaceleração inflacionária tinha sido desencadeada ainda em outubro, pela decisão do ministro da Fazenda de liberar do controle do governo os preços dos alimentos e conceder aumentos acima da inflação para os produtos e serviços das empresas estatais. “A recomposição de tarifas é uma responsabilidade da qual não posso abrir mão como brasileiro”, justifica o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. “Não podemos entregar o governo com uma grande defasagem nos preços públicos”, insiste ele.

A elevação da inflação para a faixa de 70% em janeiro, se confirmada, irá provocar uma total alteração nas relações econômicas, criando desajustes de consequências imprevisíveis. Os trabalhadores, liderados pela CUT, já começaram a reivindicar reajustes

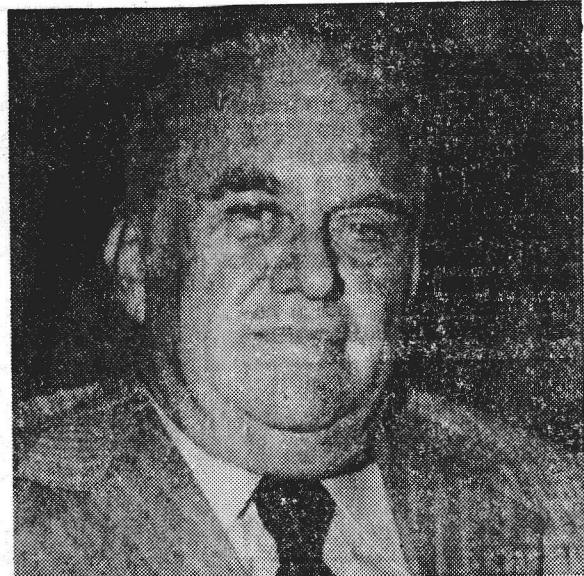
semanais de salários, para compensar a perda de 42% de seu poder de compra, que seria provocada por esse nível de inflação. As indústrias prometem responder com aumentos ainda mais freqüentes de seus preços, desencadeando um encurtamento nos prazos de reajustes. Estará criado o cenário da hiperinflação, que nunca foi enfrentado por um país das dimensões e com a população do Brasil.

**Expectativas** — Diante da reconhecida impotência do governo Sarney, o caos antevisto por economistas de diferentes tendências só poderia ser evitado com uma decidida intervenção do presidente eleito. “Na situação atual, mais vale uma palavra do Collor do que mil decretos do Sarney”, diz o economista Yoshiaki Nakano, que chefiou a assessoria econômica do ex-ministro da Fazenda Bresser Pereira. “A formação de expectativas até o dia 15 de março depende muito mais do Collor do que do atual governo”, desabafa a amigos o ministro João Batista de Abreu, que mais se bateu pela antecipação da posse do novo presidente entre os integrantes do governo Sarney.

Depois de ter afastado com veemência a proposta de co-gestão das derradeiras ações da atual administração, Collor também eliminou a idéia inicial de antecipação de sua posse para 15 de janeiro, ao optar por se ausentar do país nas duas primeiras semanas de 1990. Zélia Cardoso de Melo justifica as atitudes do futuro presidente com a acusação de que a tentativa de Sarney de atrair Collor para uma participação nas decisões do governo é uma manobra. “Eles querem se aproveitar do prestígio de Collor para continuar fazendo besteiras”, reclamou Zélia a seus auxiliares.

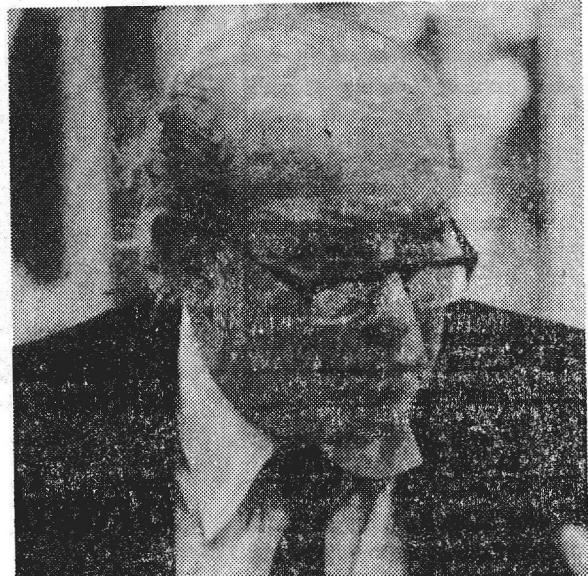
**Longe de Sarney** — Nesse quadro, o anúncio do nome do novo ministro que irá conduzir a economia brasileira é apontado nos meios empresariais como a única alternativa para reverter as expectativas negativas. “O novo ministro vai liberar a taxa de câmbio ou congelar a taxa?” A incerteza dos exportadores ilustra bem a necessidade de sinalização dos rumos que tomará o país de Fernando Collor. Além de indicar a tendência da nova política econômica, a antecipação do nome do ministro restabelecerá a “esperança” da sociedade no futuro do país, imagina o economista Francisco Lopes, um dos formuladores do Plano Cruzado.

O presidente eleito viajou sem demonstrar sua posição em relação às pressões para que anuncie rapidamente o nome do futuro ministro, não definindo sequer se cumprirá a promessa de criar o ministério da Economia. Por enquanto, uma das orientações que transmitiu à equipe que escolheu para promover a transição foi de não conversar com os ministros Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu, pois considera que o “lado de Sarney” não tem cacife para o diálogo.



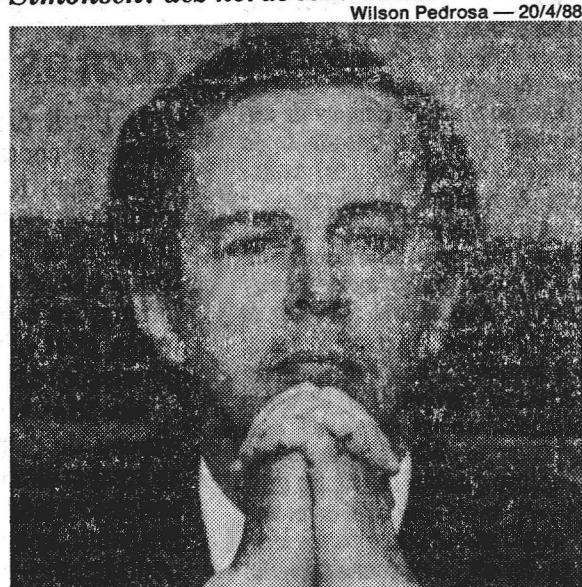
**Carvalho uniu Collor e Simonsen**

Adriana Lorete — 31/5/89



**Simonsen: dez horas com Collor**

Wilson Pedrosa — 20/4/88



**Abreu: a favor da antecipação da posse**

**G**overno, eleição, transição